



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6 , n. 1, Janeiro-Abril, 2023

DOI: <https://doi.org/10.20873.porumavidadigna>

“POR UMA VIDA DIGNA PARA TODAS AS MULHERES”: PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E INTERSECCIONALIDADE NO CONTEXTO TOCANTINENSE

“FOR A DIGNIFIED LIFE FOR ALL WOMEN”: PRACTICES IN PSYCHOLOGY AND INTERSECTIONALITY IN THE TOCANTINS CONTEXT

“POR UNA VIDA DIGNA PARA TODAS LAS MUJERES”: PRÁCTICAS EN PSICOLOGÍA E INTERSECCIONALIDAD EN EL CONTEXTO DE TOCANTINS

Daniele Vasco Santos¹
Jamile Luz Morais Monteiro²
Laiane Guajajara Soares³
Heitor Silva Magalhães⁴
Sarah Roberta Guimarães Sales⁵

RESUMO: Propomos estabelecer, no âmbito teórico-prático, a relação do campo da Psicologia e a interseccionalidade por meio de ações de um Programa de Extensão destinado à promoção de saúde mental para mulheres. Para tanto, realizamos uma incursão teórica no terreno da interseccionalidade, enfatizando seu relevante papel para a Psicologia como ciência e profissão, assinalando sua consonância com o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade, como também com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do(a) psicólogo(a). Apontamos a necessidade de se pensar, cada vez mais, nossas práticas em uma perspectiva interseccional, que considere a diversidade de marcadores sociais em torno das

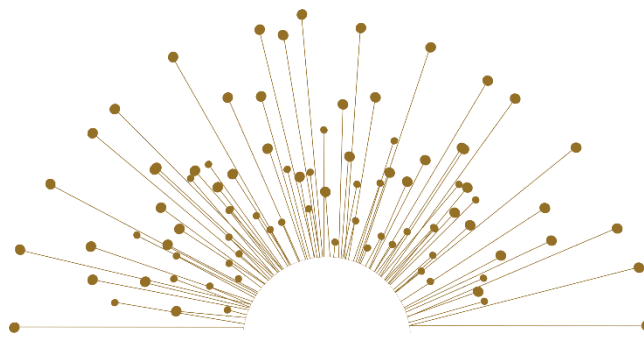
¹Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP/UFGA). vasco.daniele@mail.uft.edu.br

²Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). jamile@mail.uft.edu.br

³Estudante do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Liga Acadêmica de Saúde Mental para Mulheres/LASM laiane.gj@gmail.com

⁴Estudante do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Liga Acadêmica de Saúde Mental para Mulheres/LASM heitor.magalhaes@mail.uft.edu.br

⁵Estudante do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Liga Acadêmica de Saúde Mental para Mulheres/LASM sarah.sales@mail.uft.edu.br



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

mulheres, na contramão do projeto colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Interseccionalidade; Mulheres; Saúde Mental; Extensão universitária.

ABSTRACT: We propose to establish, in the theoretical-practical scope, the relationship between the field of Psychology and intersectionality through actions of an Extension Program aimed at promoting mental health for women. To do so, we carried out a theoretical incursion into the field of intersectionality, emphasizing its relevant role for Psychology as a science and profession, noting its consonance with the Institutional Pedagogical Project of the University, as well as with the National Curriculum Guidelines for the training of psychologists. . We point out the need to increasingly think about our practices from an intersectional perspective, which considers the diversity of social markers around women, against the grain of the colonial project.

KEYWORDS: Psychology; intersectionality; Women; Mental health; University Extension.

RESUMEN: Proponemos establecer, en el ámbito teórico-práctico, la relación entre el campo de la Psicología y la interseccionalidad a través de acciones de un Programa de Extensión dirigido a la promoción de la salud mental de las mujeres. Para ello, realizamos una incursión teórica en el campo de la interseccionalidad, enfatizando su papel relevante para la Psicología como ciencia y profesión, señalando su consonancia con el Proyecto Pedagógico Institucional de la Universidad, así como con los Lineamientos Curriculares Nacionales para la formación de psicólogos. Señalamos la necesidad de pensar cada vez más nuestras prácticas desde una perspectiva interseccional, que considere la diversidad de marcadores sociales en torno a las mujeres, a contrapelo del proyecto colonial.

PALABRAS CLAVE: Psicología; interseccionalidad; Mujer; Salud mental; Extensión Universitaria.

INTRODUÇÃO

Propomos discutir, no âmbito teórico-prático, a relação entre o campo da Psicologia e a interseccionalidade, por meio de ações do Programa de Extensão desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulado *Liga Acadêmica de Saúde Mental para Mulheres* (LASM). Empreendido no contexto do Curso de Psicologia, o referido Programa contempla ações de ensino, pesquisa e extensão, e



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

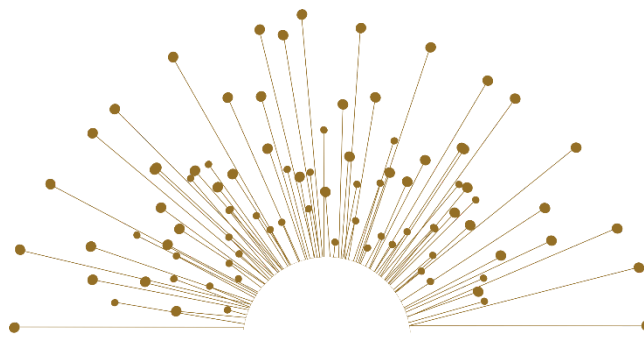
tem como objetivo estimular projetos que viabilizem a promoção de saúde mental voltada para as mulheres, em uma perspectiva que agrega os cruzamentos de diversos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, etnia, sexo e classe social, de modo a agregar as peculiaridades do Estado do Tocantins, que carrega consigo uma população bastante heterogênea, com uma variedade de povos indígenas, considerável população rural e um número expressivo de alunos negros, quilombolas, e que se inserem na Universidade por meio de políticas sociais.

Nesse sentido, o Programa caminha na mesma direção não só do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia, mas também do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, que privilegia, especialmente, o apoio à diversidade étnico-cultural, com a finalidade de estimular práticas educacionais que contribuam para a qualidade de vida da população local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007). Deste modo:

Atenção especial tem sido dada às diversas formas de territorialidades no Tocantins. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007, p.10).

Sob essa ótica, o Programa não poderia deixar de se fundamentar em um aporte interseccional, pois entendemos, juntamente com Pereira (2021), que o marcador referente ao “gênero” não pode ser entendido como uma categoria única de subordinação social. Se assim fosse, estaríamos contribuindo para o “apagamento teórico de mulheres negras, sobretudo no que se refere à conceitualização, identificação e enfrentamento à discriminação racial e por sexo” (p.447). Ademais, é fato que as análises que se colocam a debater o tema das relações raciais privilegiam homens e negros de classe social privilegiada. Semelhantes seriam as análises do marcador sexo, tendo em vista que, sem a adição da raça, as reflexões incidiriam somente nas mulheres brancas, e também de classes altas (PEREIRA, 2021).

A contribuição interseccional, portanto, aparece no cenário de nosso Programa como um sustentáculo teórico e metodológico, norteando nossas ações no ensino da pesquisa e na extensão, no âmbito do campo de saber da psicologia. Esta, aliás, vem incorporando, cada vez mais, um olhar decolonial na construção de conhecimento e na aplicação dele, posto que não pode fugir do seu caráter político que, por sua vez, está presente na composição curricular dos cursos de psicologia. Sabemos, de acordo com Menezes, Lins e Sampaio (2019), que muito se precisa avançar nessa tarefa de ir contra uma certa “colonialidade do saber” (p.2). As



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

autoras afirmam que este termo traz à tona um legado epistemológico eurocêntrico que restringe a nossa compreensão de mundo e, conseqüentemente, no caso da psicologia, o sofrimento humano, uma vez que é produzido por homens ocidentais, principalmente advindos da França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália.

Para Menezes, Lins e Sampaio (2019, pp.2-3)

A estruturação e institucionalização do eurocentrismo, do racismo e do sexismo epistêmico calam as vozes que questionam o modelo de ciência da modernidade que defende o saber neutro, objetivo e universal. Neste contexto, a Universidade é reconhecida como espaço privilegiado de produção de conhecimento em uma perspectiva arbórea, na qual ocorre uma hierarquização, estabelecimento de limites, diferenciação e fronteiras epistêmicas que não devem ser cruzadas (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019, pp.2-3).

Muitas discussões têm surgido no intuito de problematizar a colonialidade na Graduação em Psicologia, particularmente através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) pelo Ministério da Educação (MEC), que estabeleceu normas para os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia. O direcionamento tem sido no sentido da transformação do *status quo*, e da não naturalização de saberes e práticas coloniais, a partir de uma heterogeneidade sistêmica.

O campo de estudos da interseccionalidade nasce por meio de intelectuais não brancas (mulheres negras na África do Sul, e ativistas afro-americanas, latinas, indígenas e asiáticas), que afirmaram, entre 1960 e 1980, que não é possível analisar os marcadores gênero, raça e classe separadamente, pois os três eixos são interdependentes. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade se apresenta como possibilidade de cruzar e coalizar diversas formas de marginalização, e tornando-se ferramenta analítica e de criação de estratégias políticas, alcança, cada vez mais, diversos campos de estudos e práticas.

Retornando para o contexto do nosso Programa de Extensão na UFT, é imprescindível que suas ações levem em conta as especificidades das mulheres negras, quilombolas e indígenas, motivo pelo qual a interseccionalidade se faz essencial. Ora, quando falamos em saúde mental, referimo-nos a um fenômeno socialmente produzido. Sem desconsiderar a história de vida pessoal de cada um, temos que a saúde mental é atravessada por discursos que agenciam subjetividades e, por sua vez, apontam para os diferentes lugares sociais que ocupamos no mundo, muitas vezes estruturas dominantes associadas ao capitalismo, ao patriarcado, ao colonialismo e ao racismo, tal como salientam Parker e Pavón-Cuéllar (2022):

O capitalismo, o colonialismo e o patriarcado têm uma estrutura profunda em comum, relacionada com a nossa subjetividade e com nossa capacidade de lidar com certas condições objetivas, que sabemos que são profundamente destrutivas para nós e nossos companheiros (PARKER E



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

PAVÓN-CUÉLLAR, 2022, p.92).

Diante disso, compreendemos que só podemos partir de uma psicologia, na teoria e na prática, anticapitalista, anticolonial, antipatriarcal e antirracista sob o prisma da interseccionalidade. Através dela podemos refletir acerca da contribuição do feminismo negro, visando construir dispositivos antirracistas na psicologia. Para Gonzaga (2022), a ciência psicológica, herdeira de uma racionalidade moderna, reproduziu, em seu arcabouço teórico, quem seriam os proprietários da ciência e quais seriam seus objetos de estudo e intervenções, visando “adequar sujeitos a uma norma branca, heteronormativa, burguesa e cristã de existência” (p.157). Com relação ao recorte de raça associado ao gênero, Bell Hooks (2004) assinala:

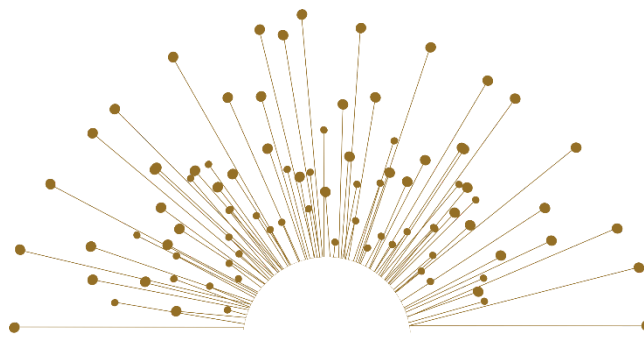
Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição não usual nesta sociedade, pois não só estamos como coletivo abaixo da pirâmide ocupacional, como também nosso status social é o mais baixo que de qualquer outro grupo. Ao ocupar essa posição, aguentamos o mais duro da opressão sexista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, posto que nos foi negado (HOOKS, 2004, p.49).

Conforme Akotirene (2019),

a interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p.24).

Isto posto, as perguntas que lançamos para discutir neste estudo são: como promover saúde mental se utilizando da interseccionalidade? Como podemos estabelecer relação entre a psicologia e a interseccionalidade visando a desconstrução de práticas enraizadas e reproduzidas no nosso próprio fazer enquanto psicólogas e psicólogos?

A fim de argumentarmos em torno dessas interrogações, precisamos, primeiramente, realizar uma incursão teórica no território da interseccionalidade. A partir dela, será possível pensar na promoção de saúde voltada para as mulheres pela via das ações da LASM, apontando alternativas que possam nos conduzir a estabelecer relações entre a psicologia, como saberes e práticas, e a interseccionalidade, a considerar que esta última se tornou um importante dispositivo de promoção de ação, visto que, a partir das discussões teóricas sobre as violências simultâneas, evidenciou-se a insuficiência das políticas públicas universalistas e de metodologias práticas que auxiliam na condução de identidades interseccionais (AKOTIRENE, 2019).



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

PSICOLOGIA E INTERSECCIONALIDADE

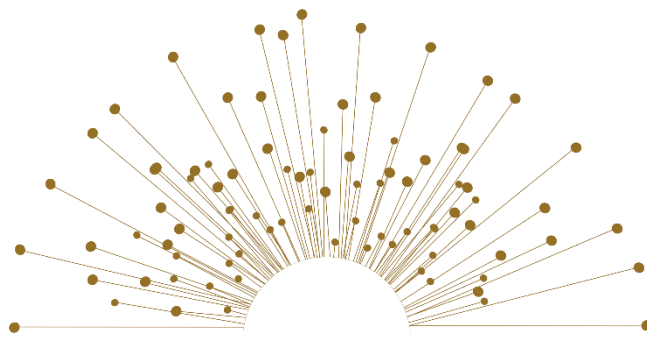
Entre as pensadoras pioneiras que se destacaram na constituição do campo da interseccionalidade, estão Audre Lorde, Angela Davis e Bell Hooks, nos Estados Unidos; Hazel Carby e Nira Yuval-Davis, na Inglaterra; e na França, Colette Guillaumin e Danièle Kergoat.

No Brasil, Lélia Gonzalez foi a primeira a introduzir a interseccionalidade nas discussões acadêmicas (PEREIRA, 2021). Em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (2019), a intelectual e ativista negra afirma:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que a sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança se deu progressivamente a partir de certas noções que, forçando a emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra em uma outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 2019, p.238).

Quando Gonzalez (2019) nos fala sobre o lugar das mulheres negras na cultura brasileira é para apontar a relação indissociável entre o sexo e a raça, ressaltando que as mulheres negras, historicamente, na própria estrutura colonial do Brasil, foram jogadas em uma posição de submissão em relação às mulheres brancas. Às mulheres negras coube os lugares da mucama, do corpo objeto e sexualizado, e da doméstica. Em outras palavras, às mulheres negras só restou “a lata do lixo na sociedade brasileira” (p.239), o que veio determinar a lógica de dominação. Não por outro motivo, Gonzalez (2019) chama atenção para o fato de que as mulheres negras encontram-se na mais alta escala da opressão, atrás dos homens negros. Isso, por sua vez, leva-nos a afirmar novamente que, ao adentrar no território dos estudos feministas, por exemplo, é impossível não cruzar com o marcador da raça. Vemos, portanto, que a interseccionalidade é uma ferramenta poderosa, em termos teóricos e metodológicos, para a análise teórica e social das desigualdades, especialmente no Brasil, onde o tripé raça, sexo e classe social se associa de modo dependente.

A afirmação de Gonzalez (2019) nos serve de um argumento importante, principalmente contra às críticas que refutam a validade da interseccionalidade. Akotirene (2019) observa que a interseccionalidade passa a ser criticada por autores como Ochy Curiel por ser liberal, normativa e, em termos identitários, faturada, como



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

modo de ganhar credibilidade e gerar manipulação a partir de um falso discurso pacificador sobre questões identitárias, enquanto afasta a visibilidade do termo, atrelada às questões pertinentes ao movimento das feministas negras. Em consonância com o pensamento de Kimberlé Crenshaw, Akotirene (2019) aponta que a interseccionalidade denuncia o quanto as pensadoras negras foram apagadas e silenciadas historicamente, afirmando que “a interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isso é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora” (AKOTIRENE, 2019, p.65).

No livro *Interseccionalidade*, publicado em 2021 em sua versão revisada, as autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge aprofundam os principais argumentos da edição original, dando mais visibilidade ao alcance global crescente da interseccionalidade, termo utilizado e reivindicado em projetos intelectuais e políticos desde os primeiros anos do século XXI, fazendo referência à forma de explicar a complexidade do mundo, das pessoas e suas experiências.

A publicação destaca a utilidade analítica e política da interseccionalidade em seus diversos campos práticos, como nas organizações comunitárias, acadêmicas, instituições e ativismo, assim como no norteamento dos trabalhos por justiça reprodutiva, enfrentamento da violência, direitos trabalhistas e nas análises de dimensões importantes do crescimento da desigualdade global, dentre outros. Collins e Bilge (2021) propõem uma definição prática de interseccionalidade:

Em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (COLLINS; BILGE, 2021, p.16).

Desse modo as relações de poder, ao internacionalizarem gênero ou raça, por exemplo, criam pertencimento ou marginalização. E o uso do termo como ferramenta analítica permite fornecer estrutura para explicar como as categorias de gênero, raça, classe, idade e outras posicionam os sujeitos de diferentes modos no mundo.

A interseccionalidade é, assim, um instrumento que opera junto com os movimentos antirracistas, o movimento feminista e instâncias protetivas dos direitos humanos. Ademais, oportuniza ótica ampla à análise dos fenômenos sociais, posto que possibilita trabalhar a partir da perspectiva de múltiplas identidades, considerando que sua amplitude se equipara à de “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p.37). Ou seja, a interseccionalidade tem seu alcance político na medida em que aborda criticamente as práticas institucionais, enfatizando a presença de ideologias



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

coloniais que fragilizam a identidade da mulher negra. Além disso, possibilita a articulação de ações, organização e solidificação das pautas do movimento através das reivindicações por políticas incluídas e interseccionais.

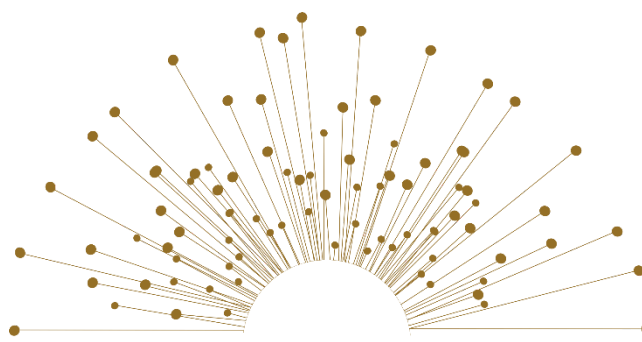
Observa-se, na contemporaneidade, o uso da interseccionalidade no campo da psicologia, ampliando as lentes sobre estruturas políticas e legais para analisar como sujeitos se posicionam (e são posicionados) em vez de ver uma massa homogênea e indiferenciada de pessoas. No entanto, as produções acadêmicas na área, que partem de um olhar decolonial ou que vinculam seus estudos com a interseccionalidade, ainda são incipientes.

Em recente busca na base de dados Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), utilizando os descritores “Psicologia” AND “interseccionalidade” AND “extensão”, constata-se a ausência de trabalhos registrados no portal, demonstrando a escassez de artigos que contemplem o cruzamento desses três descritores. Realizando a pesquisa de forma individual para cada termo, obtém-se 19 trabalhos como resultado para o descritor “interseccionalidade”. Verifica-se que são poucos os artigos que abarcam a temática, o que nos indica a necessidade de discuti-la.

Produções acadêmicas recentes na Psicologia dos estudos sobre deficiências têm se aproximado de uma perspectiva interseccional, como demonstram Anahi Mello e Gisele de Mozzi (2019). Em trabalho cujo objetivo foi compreender como funcionam as dinâmicas de opressão e desigualdades que causam nas pessoas com deficiência tantas formas de discriminação, sejam elas relacionadas à raça, sexualidade, religião, dentre outras, as autoras demonstram que a intersecção da deficiência com os demais marcadores sociais tem sido indispensável para o campo dos estudos interseccionais, para a Psicologia e para os estudos sobre a deficiência.

As autoras frisam que a interseccionalidade surge justamente para explicitar as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade tão vulnerável, investigando assim os fluxos entre as estruturas e as discriminações interseccionais. Descrevem também a relevância dos estudos sobre deficiência para as novas atuações que estão sendo desenvolvidas no campo da psicologia, assim como as estratégias e discussões de atuação dessa área que podem ser de grande ajuda para o campo dos estudos sobre deficiência, com base em perspectivas interseccionais.

Uma crítica contundente de Anahi Mello e Gisele de Mozzi (2019) diz respeito às práticas discursivas da Psicologia, no que tange à dificuldade em exercer uma perspectiva interseccional da deficiência, estabelecendo quem são os sujeitos considerados “normais”, constituindo intervenções que têm por objetivo restabelecer uma suposta normalidade às pessoas consideradas doentes, incapazes, loucas. Afirmam que essas formas de exercer a Psicologia contribuem diretamente com os processos de opressão e exclusão desses sujeitos portadores de deficiência, e desse modo, diferenciam as práticas normativas e hegemônicas das que incluem diferentes práticas, objetos, métodos de atuação e investigação, com compreensões



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

mais contemporâneas.

Tal crítica amplia-se para todas áreas da Psicologia e seus referidos campos de produção acadêmica, como nos mostra Nikolas Rose (2008) ao afirmar que, durante o século XX, a Psicologia promoveu a “psicologização” das vidas individuais e coletivas, ao inventar e transformar diversas ideias em termos psicológicos, sendo uma técnica de regulamentação, em seu conhecimento sobre as pessoas, com o objetivo institucional de administrá-las, moldá-las e reformá-las. Eis o que o autor chama de psicologização da vida coletiva (que está para além da individualização): seres humanos passam a se entender como habitados por um profundo espaço psicológico, passam a falar de si mesmos, descreverem-se em termos de inteligência, personalidade, neuroses, depressão, trauma, extroversão e introversão. A ideia de grupos grandes e pequenos também permite que práticas, da indústria ao exército, sejam entendidas em termos psicológicos das dimensões interpessoais, assim como tudo mais passa a ser balizado em termos psicológicos, incluindo problemas sociais, como preconceitos, criminalidade, pobreza.

Partindo do pressuposto de que os modos de subjetivação constituem-se nos acontecimentos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais, faz-se essencial utilizar a interseccionalidade para pensar nossas práticas no campo da psicologia. No entanto, tal formulação, assim como a crítica ao balizamento de toda a vida em termos psicológicos, sobretudo, o que diz respeito ao campo social e político, não deixa de lado a vinculação que sujeitos possuem diante dos marcadores sociais da diferença, em uma relação de continuidade, de tal forma que não é possível discriminar o que é considerado interno, privativo do sujeito, e o que é externo, estritamente social.

Diante disso, compreendemos que a interseccionalidade amplia as possibilidades das intervenções em Psicologia, sejam elas em suas produções teórico-acadêmicas ou com sujeitos, grupos e comunidades, contribuindo com o enfrentamento de todo modo de discriminação, formulando estratégias de combate à opressão e a desigualdades.

Nossa ética de trabalho, como um constante exercício reflexivo, não pode aliar-se a uma ótica neoliberal, isto é, propondo práticas subjetivistas, que só consideram o que é interno a esse sujeito, como se ele estivesse alheio às questões sociais e aos lugares que ocupa no mundo e no discurso. Foi a partir desse olhar que imprimimos nossas práticas extensionistas voltadas à saúde mental das mulheres. Neste sentido, apresentamos a seguir como as ações da LASM põem em funcionamento a interseccionalidade como instrumento de promoção à saúde mental.

OS USOS DA INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA EM PRÁTICAS DA LASM



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

A LASM nasce com um viés interseccional, quando as discentes fundadoras identificam que no PPC do curso de Psicologia da UFT as questões como raça, sexualidade, etarismo, classe social e capacitismo estavam localizadas de modo pontual em algumas disciplinas, com poucos docentes sustentando o debate, não estando de modo transversal no ementário do curso, e com ausência de intelectuais negros(as) e indígenas nas indicações bibliográficas. Tal cenário, como apontam estudos recentes, está associado diretamente à formação da Psicologia brasileira na atualidade. Ainda que haja o aumento de debates em uma perspectiva interseccional, no cômputo geral estes ainda se fazem incipientes.

Ainda assim, as discussões sobre a temática desenvolvidas no curso provocaram inquietações aliadas às aproximações que as discentes fundadoras estabeleciam com o debate em espaços não acadêmicos. Isto as impulsionou a ampliar e criar novos espaços de debates, pesquisas e intervenções com sujeitos e comunidades que estivessem articulados com mais sinergia, com utilização da interseccionalidade como ferramenta metodológica e analítica, embora tal compreensão ainda não estivesse tão explícita e bem elaborada para as discentes.

O encontro com as docentes coordenadoras da Liga, com suas trajetórias de ensino, pesquisa e extensão, em torno das questões das relações de gênero e sexualidade, das questões raciais e do anticapitismo, levando em consideração suas experiências de intervenção e escuta de sujeitos, grupos e nas políticas públicas, deu contorno às inquietações e anseios das discentes, permitindo a construção de um Programa de Extensão que realizou em seus primeiros dois anos de existência diversas ações no tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse percurso, realizado a partir das diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, foram produzidas práticas em psicologia com a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica e de intervenção, que apresentaremos a seguir.

O primeiro conjunto de práticas com a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica e de intervenção, situamos como advindo das atividades de ensino, nas quais usamos a interseccionalidade para identificar tanto acontecimentos sociais contemporâneos, configurados como problemas cujos efeitos afetam diretamente o campo da saúde mental das mulheres, como a violência doméstica, experiências de corpos com deficiências e o acesso ao ensino superior, quanto modos de formulação de respostas interseccionais. Foram desenvolvidos cursos de extensão, disciplinas e estratégias metodológicas que deram conta de trabalhar as temáticas.

A temática da violência doméstica, por exemplo, foi abordada em um curso de extensão levando em conta a questão da violência sofrida pelas mulheres pobres, negras, periféricas, pelas meninas, tensionando a dimensão das desigualdades sociais e a questão de como as estruturas sociais tornam alguns sujeitos mais



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

vulneráveis. Torna-se uma questão premente a nossa compreensão de que diante do crescimento da desigualdade global, enquanto alguns grupos tornam-se mais vulneráveis, outros se beneficiam, demonstrando que os principais indicadores de desigualdades econômicas, quando vistos pela lente dos marcadores de raça, gênero e idade, permitem a constatação de que pessoas negras e indígenas, mulheres, residentes de zonas rurais, pessoas com capacidades diferentes e idosas enfrentam barreiras no acesso a bens, serviços, empregos bem remunerados e com benefícios, e por outro lado, têm mais direitos negados e/ou violados (COLLINS; BILGE, 2021).

Neste sentido, em diversos componentes curriculares, como as disciplinas Psicologia e Educação Inclusiva, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Educação e do Desenvolvimento, Ética Profissional e Estágios Supervisionados em Psicologia, a perspectiva interseccional tem sido trabalhada de modo articulado com práticas extensionistas propostas pela LASM, como o projeto de extensão *Rotatórias Psi: criação de dispositivos de intervenção em Psicologia Escolar e Educacional na Educação Básica e Ensino Superior no município de Miracema do Tocantins*. Este projeto se volta para a produção dos conteúdos em áudio, como dispositivos educacionais, envolvendo os participantes desde a criação/escrita de seus roteiros, com pesquisa teórica, gravação e edição, até a criação das intervenções grupais.

Geralmente divididos em episódios, os podcasts na pandemia tiveram suas produções e usos ampliados, por serem fáceis de acessar a qualquer tempo e lugar. A execução do projeto contou com a participação de 5 docentes, 1 discente bolsista e 14 discentes voluntários(as). As atividades do projeto têm como público os discentes da UFT, estudantes da educação básica, professores(as) da educação básica e comunidade em geral. O principal produto e ferramenta tecnológica do projeto é o podcast *Rotatórias Psi*, que produz conteúdo com temas que atravessam a formação em Psicologia no Tocantins, no Brasil e no Mundo, disponível em 5 plataformas de podcast, com 39 episódios produzidos, e um histórico geral de 1818 reproduções.

Com estreita relação com as ações de ensino, o *Rotatórias Psi* desenvolve-se a partir da produção e utilização dos conteúdos em áudio, sendo em grande parte das vezes as atividades de ensino seu ponto de partida. Os podcasts são produzidos por meio de processos de ensino-aprendizagem reflexivos, críticos, propulsores dos atos de curiosidade investigativa, sendo atravessados pela perspectiva interseccional, seja de forma mais tangencial, como por exemplo, nos episódios que tratam da educação na pandemia e destacam como as mulheres, mães, docentes, pesquisadoras, foram afetadas, seja nos episódios em que tratamos mais especificamente dos temas abordados utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica.

O episódio intitulado *Violência de gênero: uma máquina de produzir lesões e a dupla vulnerabilidade*, por exemplo, discute as diversas formas de violência que



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

oprimem as mulheres com deficiência a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando como o campo dos estudos da deficiência tem se utilizado da intersecção dos marcadores sociais para compreender as dinâmicas de exclusão e desigualdade e os efeitos nas vidas das pessoas com deficiência.

Mencionamos também os seguintes episódios, todos produzidos por discentes:

- *Orientação Sexual nas Escolas*, em disciplina desenvolvida no curso de Educação Física, objetivando discutir o tema da orientação sexual nas escolas a partir da questão a respeito dos espaços pedagógicos propícios para tornar possível um saber sobre corpo, gênero e sexualidade;
- *A luta pela terra é a luta pela vida*, discutindo a demarcação das Terras Indígenas e como as populações indígenas têm sua saúde mental afetada, tendo como convidadas uma liderança indígena e uma psicóloga e indígena, sendo o episódio produzido de modo interdisciplinar nos componentes curriculares Ética Profissional e Antropologia;
- *Transgredindo o silêncio: as Ligas Acadêmicas e o protagonismo das mulheres nas universidades brasileiras*, produzido por ligantes da LASM, todas discentes extensionistas, abordando as diferentes experiências sobre ser mulher no contexto universitário, estabelecendo diálogos com as produções de Bell Hooks e Grada Kilomba;
- *Episódios antirracistas cotidianos na universidade*, fruto de rodas de conversas promovidas por extensionistas do *Rotatórias Psi* e uma turma de Educação do Campo do Campus da UFT de Arraias, nas quais pensamentos e afetos circularam em torno das questões étnico-raciais, através das vivências dos estudantes (sobretudo mulheres camponesas), em diálogo com intelectuais estudados pela turma.

Por fim, o terceiro conjunto de ações promovidas pela LASM em uma perspectiva interseccional diz respeito à construção e efetivação de ações voltadas à comunidade local, com o protagonismo das discentes, conforme preconizam as diretrizes da extensão, favorecendo o diálogo entre Universidade e comunidade por meio de práticas interdisciplinares na articulação ensino, pesquisa e extensão. Destacamos que as ações contemplaram trabalhos de grupos com mulheres e crianças, a ampliação de debates em uma perspectiva interseccional por meio da circulação dos podcasts, o debate e acesso às informações sobre ingresso e permanência de mulheres na universidade e ações de conscientização, dentre outras, com foco no que a interseccionalidade faz, e não apenas no que ela é.

Por meio da interlocução e produção de saberes, consideramos que a Liga, em seus primeiros passos, esboça ocupar um lugar importante na formação das discentes e na Universidade, ao caracterizar-se nessa estreita relação entre os debates promovidos dentro da Universidade e a experiência com sujeitos, grupos e comunidades, com as discentes desenvolvendo o exercício de práticas éticas,

críticas e transformadoras em psicologia em uma perspectiva interseccional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é fundamental pensar a práxis da psicologia pelo viés interseccional. A psicologia, uma vez visando a promoção de saúde mental, não pode mais partir de uma concepção patologizante, que pensa o sofrimento psíquico de maneira acrítica socialmente. Cada vez mais, faz-se necessário buscar nossas referências históricas de colonização na América Latina, entendendo que as subjetividades trazem consigo uma série de marcadores sociais, os quais, por muito tempo, foram ignorados em nome de discursos totalitários que negligenciaram as minorias sociais.

Entendemos que o uso da interseccionalidade nas práticas psicológicas é um dispositivo potente para trazer de volta o que nos foi tirado, expropriado pelo colonizador, ou seja, nossos costumes, cultura e, também, nossas subjetividades, considerando-se que elas são o resultado de uma estrutura social. A psicologia, como ciência e profissão, por conseguinte, deve ampliar o seu horizonte na compreensão dos fenômenos psicológicos. A subjetividade tem cor, tem gênero, tem sexo, tem classe social. É tudo junto e misturado. Trata-se de uma multideterminação. Dito de outra maneira, a subjetividade é interseccional.

Por esta razão, trabalhar em uma lógica interseccional no território da psicologia também agrega um valor político, tendo em vista que proporciona um giro na relação de poder entre dominador e dominado, entre o senhor e o escravo. Para Fanon (1979, p.28), “o mundo colonizado é um mundo cindido em dois”. É nessa cisão que se sustentam práticas imperativas, violentas, formatadas por um discurso imperativo que pretende eliminar as alteridades e qualquer elemento que se proponha diferente das normatividades vinculadas ao gênero e ao patriarcado, à branquitude, às cisheteronormatividades e à burguesia. O uso da interseccionalidade em nossa prática visa ir contra a negação da existência de subjetividades marcadas pelas alteridades, denunciando modalidades de violência baseadas na desumanização.

No tocante à promoção de saúde mental para mulheres, citamos Lugones (2014, p.939): “[...] a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/raça/classe como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. Especialmente as mulheres negras e indígenas, ao se localizarem em dois marcadores sociais de opressão (gênero e raça), estão mais suscetíveis a sofrerem violência. Trazer à tona o cruzamento desses marcadores para pensar a saúde mental demarca que não podemos falar de mulher no singular, mas sim de mulheres, de “mulheridades”. Com isso, no âmbito político, as mulheres negras e indígenas passam a estar posicionadas em um lugar



ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

central em nossas discussões, deslocando o privilégio das mulheres brancas, mais protegidas em relação a certas modalidades de opressão.

As ações fomentadas pela LASM caminham, então, no ritmo da interseccionalidade, considerando as “mulheridades” e trazendo de volta o que foi recalcado pelos mitos de nossa sociedade referentes à raça, ao gênero, à sexualidade, à classe social, enfim, tudo aquilo que foi e ainda é reprimido no discurso, denunciando, portanto, o furo nesta estrutura discursiva. Seguimos, assim, nosso caminhar, não sem obstáculos, com a finalidade de fomentar discussões, debates e a promoção de práticas por uma vida digna a todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen: São Paulo, 2019.

COLLINS, P. H.; SIRMA, B. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DE MOZZI., G.; DE MELLO, A. G. **Deficiência e Psicologia: Perspectivas Interseccionais**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019. p. 26-38.

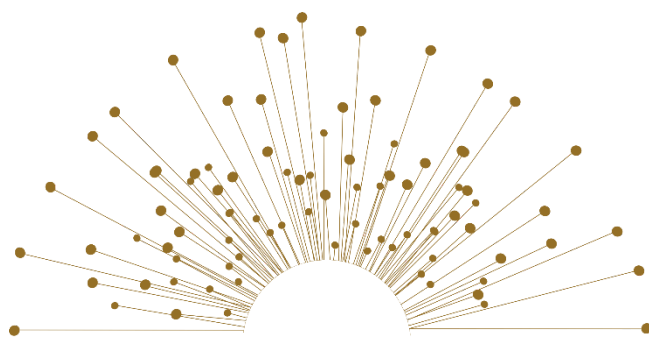
FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GONZAGA, P. R. B. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas na psicologia. **Conselho Federal de Psicologia**. Psicologia brasileira na luta antirracista. Brasília, v. 1, 155-176, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro** - formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 237-253.

HOOKS, B. (2004). Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. IN: HOOKS, B.; BRAH, A.; SANDOVAL, C.; ANZALDUA, G (Orgs). **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes Sueños, 33-50

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 3, 2014. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso: 02 fev. 2023.



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341

Vol. 6, n. 1, Janeiro-Abril, 2023

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, 31, 2019, 1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v311191231>. Acesso: 03 mar. 2023.

PARKER, I.; PAVÓN-CUÉLLAR, D. **Psicanálise e Revolução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PEREIRA, B. C. J. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, 2021, 445-454. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>. Acesso 25 fev. 2023.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, 2008, p. 155-164. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9vmjdfJLFkXYLcPbRNYgnbt/?lang=pt>. Acesso 16. mar. 2023

Rotatórias PSI: T01Ep05 Violência de gênero: uma máquina de produzir lesões e a dupla vulnerabilidade. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6JLCWF0YGNg0R04MCwsaDS?si=pEgwXqpMT3qHXvAkAwK1NA> Acesso em: 17 de Março de 2023.

Rotatórias PSI: T03Ep03 Orientação Sexual nas Escolas. Disponível em: <https://spotifyanchor-web.app.link/e/kaMcR5EKfyb> Acesso em: 17 de Março de 2023.

Rotatórias PSI: T04Ep05 A luta pela terra é a luta pela vida. Disponível em: <https://spotifyanchor-web.app.link/e/XbJAmpLKfyb> Acesso em: 17 de Março de 2023.

Rotatórias PSI: T05Ep06 Transgredindo o silêncio: as Ligas Acadêmicas e o protagonismo das mulheres nas universidades brasileiras. Disponível em: <https://spotifyanchor-web.app.link/e/Z8N7puaKfyb> Acesso em: 17 de Março de 2023.

Rotatórias PSI: T05Ep07 Episódios antirracistas cotidianos na universidade. Disponível em: <https://spotifyanchor-web.app.link/e/qbvBPomKfyb>. Acesso em: 17 de Março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (2007). **Projeto Pedagógico Institucional**. Disponível em: <https://shre.ink/ppiuft>